

**ATA NÚMERO 208/XII/4.<sup>a</sup> SL**

**16.setembro.2014 – 15h00**

Aos 16 dias do mês de setembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 403/XII/3<sup>a</sup> da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Castelo Branco – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Castelo Branco - 15h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Michael Seufert - CDS-PP

**5. Petição n.º 404/XII/3<sup>a</sup> da iniciativa do Sindicato dos Professores da região Centro – Direção Distrital de Leiria – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Leiria**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada Relatora:** Odete João – PS

**6. Projeto de Lei n.º 627/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Atualização extraordinária das bolsas de investigação – Quarta alteração à Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação)**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Elza Pais – PS

**7. Projeto de Lei n.º 628/XII/3<sup>a</sup> (PCP) - Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Heloísa Apolónia – PEV

**8. Projeto de Lei n.º 629/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Conclusão das obras em curso, reavaliação e concretização dos projetos aprovados e extinção do Parque Escolar E.P.E.**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Paulo Cavaleiro – PSD

**9. Projeto de Lei n.º 636/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no âmbito do Ensino Secundário e do Ensino Profissional.**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Luis Fazenda – BE

**10. LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas** COM (2014) 469.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PCP**
- Apresentação do Parecer na reunião de 7 de outubro de 2014

**11. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu COM (2014) 477.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PS**
- Apresentação do Parecer na reunião de 7 de outubro de 2014

**12. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) COM (2014) 495

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: CDS-PP**
- Apresentação do Parecer na reunião de 7 de outubro de 2014

**13. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à celebração do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 –Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) COM(2014) 496.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PSD**
- Apresentação do Parecer na reunião de 7 de outubro de 2014

**14. Relatório de Atividades da Ciência da 3.ª sessão legislativa**

- **Apreciação e votação**

**15. Plano de Atividades da Ciência para a 4.ª sessão legislativa**

- **Apreciação e votação**

**16. Relatório de atividades da CECC, referente à 3.ª sessão legislativa**

- **Apreciação e votação**

**17. A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e Secretário Executivo da *Regional Science Association International (RSAI)*, Doutor Tomaz Ponce Dentinho**, dirigiu uma proposta à Assembleia da República para que esta possa ser palco da abertura do Congresso de Lisboa da ERSA (European Regional Science Association) denominado “Word Renaissance – Changing Roles for Peoples and Places”, que se realiza em Lisboa de **25 a 29 de Agosto de 2015**

- **Apreciação e deliberação**

**18. Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual, na Assembleia da República em 2014.**

- **Apreciação e deliberação**

**19. Fórum da Juventude Europa-Lusofonia a realizar na Assembleia da República dia 10 de outubro de 2014, pelas 17h00**

**20. Pedido dos peticionários da Petição n.º 415/XII/3ª, Defendem a inclusão de todos os alunos com necessidades educativas especiais e a revogação da Portaria n.º 275-A/2012, no sentido de ser solicitado um parecer mais detalhado ao Conselho Nacional de Educação sobre a Portaria.**

**21. Outros assuntos**

**22. Data da próxima reunião**

23 de setembro de 2014

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

- O Presidente da Comissão informou que a Deputada Helóisa Apolónia (PEV) tinha solicitado o adiamento do ponto n.º 7 - apreciação e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 628/XII/3ª (PCP), Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica – e não se tendo verificado nenhuma objeção, referiu que o mesmo seria agendado para a reunião seguinte.
- Indicou também que o Grupo Parlamentar do PS tinha remetido à hora de almoço desse dia um requerimento para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para clarificar os contornos do concurso de professores e para salvaguardar a regularidade do procedimento de colocação de docentes contratados, bem como todas as matérias relativas ao arranque do ano escolar, colocando à consideração dos Deputados se havia consenso para a sua apreciação ser incluída na ordem do dia da reunião.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) informou que os GP do PSD e do CDS-PP iriam requerer a vinda do Ministro à sessão plenária na 5.ª feira seguinte, dia 18, para um debate de atualidade sobre o início do ano letivo, pelo que deixava para ponderação do PS a manutenção ou não do requerimento.

A Deputada Odete João (PS) indicou que o debate de atualidade tem uma grelha de tempos muito diminuta e não permite tanto debate, pelo que mantinha o requerimento, tendo o Deputado Amadeu Albergaria referido que dado que o mesmo tinha sido distribuído muito próximo da hora da reunião, a sua apreciação deveria ser agendada para a reunião seguinte.

Não havendo consenso quanto à apreciação do requerimento na própria reunião, foi a mesma agendada para a reunião seguinte.

**2. Aprovação de ata**

A ata da reunião n.º 207/XII, de 10 de setembro de 2014, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

**3. Comunicações do Presidente**

- **Cartazes do programa Parlamento dos Jovens**

O Presidente informou que na sequência das propostas de alteração apresentadas pelos Deputados na última reunião e dado que não havia possibilidade de as introduzir nos dias seguintes, as novas propostas seriam apreciadas, previsivelmente, na reunião de 30 de setembro.

- **Comunicação da Secretaria de Estado do Ensino Superior sobre as iniciativas desenvolvidas pelo Governo na sequência da Resolução n.º 24/2014, sobre Praxes académicas**

Tendo sido referenciada a distribuição da comunicação referida, não se registou nenhuma intervenção.

- **Mostra e debate sobre ensino profissional agrícola**

Na sequência do agendamento das Jornadas Parlamentares do PCP para os dias 6 e 7 de outubro, a organização propôs a realização da iniciativa no dia 11 de novembro, tendo havido acordo da Comissão.

- **Apresentação pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação do Relatório sobre o Estado da Educação 2013**

Equacionada a data da apresentação, foi consensualizado que a mesma teria lugar na reunião do dia 30 de setembro, às 15h, com uma grelha de tempos que incluiria uma intervenção inicial do Presidente do Conselho Nacional de Educação de 15m, seguida de intervenções dos Grupos Parlamentares de 5m/cada e duma intervenção final do Presidente daquele órgão de 15m.

#### 4. **Petição n.º 403/XII/3ª da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Castelo Branco – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Castelo Branco**

Em representação dos peticionários estiveram presentes: Maria Dulce Ribeiro Pinheiro e Maria da Cruz Marques (Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Castelo Branco – FENPROF), José Joaquim Pinto Almeida (vereador da Câmara Municipal da Covilhã), Marco António Ribeiro Gabriel (Associação de Desenvolvimento Beira Serra) e Jerónimo Lopes Barroso (Associação Juvenil "Os Perdigos").

As representantes do Sindicato referiram em primeiro lugar que a FENPROF desencadeou a nível nacional 20 petições distritais para defesa da escola pública, com uma parte geral igual e depois especificidades de cada um dos distritos e defenderam que nada têm contra o ensino privado, mas entendem que deve ser pago pelos utilizadores e a liberdade de escolha por quem quer utilizá-la, enquanto a escola pública é uma responsabilidade do Estado.

Informaram depois que no distrito de Castelo Branco há quatro colégios com contratos de associação e apresentaram os fundamentos que conduziram à apresentação da petição e que, em síntese, se expõem:

- O estudo da Universidade de Coimbra de 2011 sobre a [Reorganização da rede do ensino particular e cooperativo com "contrato de associação"](#) fez uma projeção para os anos seguintes (até 2018) e concluiu que nos quatro concelhos do distrito em que há colégios, a população terá uma redução significativa até 2018 e a escola pública tem uma taxa de ocupação muito inferior a 100%, tendo previsto a redução gradual e a eventual anulação de contratos de associação;

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Os colégios fazem concorrência desleal à escola pública e, nomeadamente, têm transporte privado, com recolha de alunos em vários concelhos, contrariamente ao que acontece com a escola pública e têm um número de alunos por turma reduzido;
- Dois dos colégios não têm alunos com necessidades educativas especiais;
- Os quatro colégios tinham em 2011 cerca de 983 alunos financiados, o que gerou um encargo de cerca de 5.000.000€ para o erário público;
- O Estado gasta dinheiro com os professores com horários zero, por não terem alunos e simultaneamente com os contratos de associação, que concorrem com a escola pública.

Nesta sequência, apelaram à defesa da escola pública, com escolas inclusivas e solicitaram que a distribuição de turmas a escolas privadas só se verifique no caso de falta de vagas na primeira.

Interveio depois o Deputado Duarte Marques (PSD), salientando que o investimento no ensino privado, com contratos de associação, tem vindo a baixar consideravelmente nos últimos anos e vai continuar nessa linha, com diminuição do número de turmas, alunos e valor por turma, enquanto a rede pública tem vindo a aumentar. Referiu ainda os casos em que a rede de escolas públicas levou à construção de escolas públicas onde já havia privadas. Salientou ainda que os bens públicos podem ser bem geridos por entidades públicas e privadas.

O Deputado Agostinho Santa (PS) referiu que a Constituição da República Portuguesa e a lei preveem a existência simultânea de ensino público e privado, sendo o segundo subsidiário e salientou que o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo criou algum desequilíbrio. Defendeu ainda a necessidade de se dar sequência ao referido estudo de 2011 e de se reequacionar o equilíbrio entre o ensino público e o privado, enfatizando a defesa da qualidade da oferta pública.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que a petição faz a defesa da escola pública, que cabe ao Estado garantir, enfatizando que o ensino privado é supletivo, mantendo-se apenas enquanto não houver resposta pública. Salientou que embora se tenha verificado redução de apoios ao ensino privado em 2013 e 2014, se verificou uma redução muito maior em relação ao ensino público. Por último, realçou que continuarão a apoiar a escola pública, como fizeram nas propostas de alteração apresentadas em relação ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, no qual se prevê a hipótese de o ensino privado deixar de ser subsidiário e coexistir com a escola pública mesmo que esta tenha capacidade de resposta.

O Deputado Luís Fazenda (BE) referiu a promiscuidade entre os quadros do Ministério e as direções dos colégios, indicou que se verifica uma competição pela mercadoria ensino e muitas vezes alunos em situação de insucesso voltam depois à escola pública. Defendeu a existência da liberdade de ensino, mas realçou que o que se verifica é que os dinheiros públicos estão a financiar a escola privada.

A Deputada Heloísa Apolónia (PEV) realçou a importância das petições sobre esta temática, por circunscreverem os problemas às regiões, permitindo um contacto com os mesmos. Salientou que diferentes ofertas (públicas e privadas) geram diferenças na liberdade de escolha e defendeu que a situação desmente a afirmação do Ministro de que os contratos de associação só existem na falta de vagas na escola pública.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP), relator da petição, referiu que as questões já são amplamente conhecidas, até tendo em conta petições anteriores sobre a matéria e informou que iria elaborar o relatório final da petição com celeridade, para a mesma ser encaminhada para discussão na sessão plenária da Assembleia da República.

Na sequência das intervenções dos Deputados, o vereador da Câmara Municipal da Covilhã informou que a autarquia elaborou um estudo sobre os transportes no concelho e há casos de alunos que têm de se deslocar 50 Km, demorando 1h45 e pagando 120€ de passe. Referiu ainda algumas deficiências dos equipamentos escolares, nomeadamente, a existência de uma escola sem pavilhão desportivo, o que implica a impossibilidade da prática da educação física

no Inverno. Indicou também que, em contrapartida, há 2 colégios no concelho com todas as condições e que vão buscar os alunos junto das suas casas, mas não à distância de 50Km. Realçou ainda o fecho de escolas do 1.º ciclo e de jardins-de-infância.

O representante da Associação Juvenil realçou que para além do financiamento público, as escolas privadas também são financiadas pelos orçamentos municipais. Salientou a instabilidade da escola pública, que não se verifica na escola privada, nomeadamente, os problemas de colocação de professores, a burocracia, que não permite a adequada preparação do ano letivo, as mudanças na rede escolar, a municipalização, a instabilidade curricular, a gestão dos mega agrupamentos (com escolas maiores do que alguns concelhos) e a falta de pessoal auxiliar.

O representante da Associação Beira Serra referiu que têm acordos com escolas públicas, para o desenvolvimento de projetos que suprem deficiências destas, nomeadamente, no âmbito da formação de professores e de ensino à distância e é notória a falta de financiamento.

Por fim, o Deputado Michael Seufert (CDS-PP) solicitou a remessa de quaisquer outros contributos que queiram remeter para apreciação da petição.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

**5. Petição n.º 404/XII/3ª da iniciativa do Sindicato dos Professores da região Centro – Direção Distrital de Leiria – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Leiria**

A Deputada Odete João (PS) apresentou o relatório final da petição, tendo a Deputada Rita Rato (PCP) proposto que nas petições apresentadas no futuro sobre esta matéria, seja pedida pronúncia da Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação – ARIPESE.

O relatório da petição foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

**6. Projeto de Lei n.º 627/XII/3.ª (PCP) - Atualização extraordinária das bolsas de investigação – Quarta alteração à Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação)**

A Deputada Elza Pais (PS) fez a apresentação do parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

**7. Projeto de Lei n.º 629/XII/3.ª (PCP) - Conclusão das obras em curso, reavaliação e concretização dos projetos aprovados e extinção do Parque Escolar E.P.E.**

O Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) fez a apresentação do parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

**8. Projeto de Lei n.º 636/XII/3.ª (PCP) - Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no âmbito do Ensino Secundário e do Ensino Profissional.**

O Deputado Luís Fazenda (BE) fez a apresentação do parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

**9. LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas COM (2014) 469.**

Tendo a iniciativa europeia em causa sido distribuída ao PCP para apreciação liminar sobre a realização ou não de escrutínio, a Deputada Rita Rato (PCP) pronunciou-se negativamente.

Entretanto, a Deputada Isilda Aguincha (PSD) propôs o escrutínio da iniciativa e indicou como relatora a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD).

A apresentação do Parecer será feita na reunião de 7 de outubro de 2014.

**10. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu COM (2014) 477.

Tendo a iniciativa europeia em causa sido distribuída ao PS para apreciação liminar sobre a realização ou não de escrutínio, a Deputada Odete João (PS) pronunciou-se negativamente, por se tratar de uma Comunicação.

Entretanto, a Deputada Isilda Aguincha (PSD) propôs o escrutínio da iniciativa e indicou como relatora a Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD).

A apresentação do Parecer será feita na reunião de 7 de outubro de 2014.

**11. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) COM (2014) 495

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) indicou como relatora desta iniciativa, a apreciar em conjunto com a do ponto seguinte, a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD).

A apresentação do Parecer será feita na reunião de 7 de outubro de 2014.

**12. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à celebração do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) COM(2014) 496.

A apreciar conjuntamente com a iniciativa do ponto anterior.

**13. Relatório de Atividades da Ciência da 3.ª sessão legislativa**

A relatora da temática da Ciência, Deputada Elza Pais (PS), fez a apresentação da nova versão do Relatório de Atividades distribuída no próprio dia, referindo que na sequência das novas propostas de alteração apresentadas pelo PSD e pelo CDS-PP, tinha aceite algumas, alterando o Relatório em conformidade e outras não. Informou ainda que colocou em anexo ao mesmo outras atividades que foram desenvolvidas pela Comissão (e não por iniciativa da relatora) em relação à Ciência, para agregar toda a informação sobre a temática.

Interveio depois a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), referindo que não houve acordo com a relatora, pelo que vão votar contra o Relatório.

A Deputada Rita Rato (PCP) informou que não concordava com a nova versão do relatório, pelo que iria votar contra.

O Deputado Luís Fazenda (BE) realçou que a rejeição já era previsível e que havia necessidade de reequacionar o acompanhamento da temática da Ciência.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) informou ter proposto que as questões polémicas passassem para a opinião da relatora, mas que não tinha havido acordo.

Nesta sequência, a Deputada Elza Pais (PS) indicou que retirava a versão do Relatório daquele dia e que rerepresentava a versão de 9 de setembro, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS-PP, tendo registado os votos a favor do PS, PCP e BE. Perante esta decisão foi equacionado que a matéria deveria ser apreciada numa reunião da Mesa da Comissão e Coordenadores dos Grupos Parlamentares.

#### **14. Plano de Atividades da Ciência para a 4.ª sessão legislativa**

Face à rejeição do Relatório de Atividades da 3.ª Sessão, consensualizou-se que não deveria ser apreciada e votada a proposta de Plano de Atividades da 4.ª Sessão, devendo a matéria ser apreciada na reunião da Mesa e Coordenadores.

#### **15. Relatório de atividades da CECC, referente à 3.ª sessão legislativa**

Adiado para apreciação na reunião seguinte.

#### **16. A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e Secretário Executivo da *Regional Science Association International (RSAI)*, Doutor Tomaz Ponce Dentinho**, dirigiu uma proposta à Assembleia da República para que esta possa ser palco da abertura do Congresso de Lisboa da ERSA (European Regional Science Association) denominado “Word Renaissance – Changing Roles for Peoples and Places”, que se realiza em Lisboa de **25 a 29 de Agosto de 2015**

Tendo a Presidente da Assembleia da República solicitado parecer sobre a oportunidade e o interesse da iniciativa, a Comissão manifestou-se favoravelmente, tendo sido realçado que deverá haver um espaço de intervenção dos Grupos Parlamentares.

#### **17. Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual**, na Assembleia da República em 2014

A Deputada Conceição Pereira (PSD) informou que a entidade organizadora da iniciativa vai apresentar até ao final da semana uma nova proposta de programa, com espaço de intervenção dos Grupos Parlamentares, pelo que foi consensualizado apreciar novamente a matéria numa reunião seguinte.

#### **18. Fórum da Juventude Europa-Lusofonia** a realizar na Assembleia da República dia 10 de outubro de 2014, pelas 17h00

Tendo em vista a designação de Deputados para participação no Fórum e conhecendo-se as indicações já feitas por 2 Comissões, o PS indicou o Deputado Rui Pedro Duarte e o PSD o Deputado Duarte Marques.

Entretanto, foi questionado se deveria haver apenas um representante da Assembleia por Grupo Parlamentar, a articular entre as várias Comissões ou representantes de cada uma das Comissões, tendo o Presidente da Comissão indicado que iria discutir o assunto com os Presidentes das outras 2 Comissões e pedido aos Grupos Parlamentares que articulassem a matéria entre eles.

#### **19. Pedido dos peticionários da Petição n.º 415/XII/3ª, *Defendem a inclusão de todos os alunos com necessidades educativas especiais e a revogação da Portaria n.º 275-A/2012, no sentido de ser solicitado um parecer mais detalhado ao Conselho Nacional de Educação sobre a Portaria.***

A Deputada Margarida Almeida (PSD), relatora da petição e o Deputado Michael Seufert (CDS-PP), defenderam que não se justifica pedir parecer ao Conselho Nacional de Educação, entendendo que o Relatório que o mesmo elaborou recentemente sobre as políticas públicas respeitantes à educação especial é suficiente.



A Deputada Rita Rato (PCP) equacionou a necessidade de se adotar um critério uniforme no que respeita aos pedidos dos petiçãoários em relação às diligências complementares a desenvolver no âmbito da apreciação das petições.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) entendeu que não devia ser pedido parecer ao Conselho Nacional, mas concordou que devia haver um critério uniforme em relação aos pedidos dos petiçãoários. Propôs ainda que na audição dos petiçãoários fosse equacionada esta matéria.

Nesta sequência, o pedido em causa foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS e do PCP.

## **20. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

## **21. Data da próxima reunião**

23 de setembro de 2014

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Isidro Araújo  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria da Conceição Caldeira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
Ana Sofia Bettencourt  
António Cardoso  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Jacinto Serrão  
João Prata  
Laurentino Dias  
Maria Ester Vargas  
Maria Manuela Tender  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves